

## Judô nas escolas japonesas: o que o judô brasileiro pode aprender com esse modelo?

*Judo in Japanese schools: what can Brazilian judo learn from this model?*

*Judo en las escuelas japonesas: ¿qué puede aprender el judo brasileño de este modelo?*

ANTONIO CARLOS TAVARES JUNIOR<sup>1</sup>; THIAGO FARIAS DA FONSECA PIMENTA<sup>2</sup>;  
LUIZ GUSTAVO BONATTO RUFINO<sup>3</sup>; DENNIS GIVARGO CAMPOS<sup>4</sup>; LUIZ HENRIQUE DA SILVA<sup>5</sup>

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA, PMP, PAULÍNIA-SP, BRASIL

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, "JÚLIO DE MESQUITA FILHO", UNESP, BAURU-SP, BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, UFSM, SANTA MARIA-RS, BRASIL

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, UNICAMP, CAMPINAS-SP, BRASIL

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ, UESC, ILHÉUS-BA, BRASIL

### RESUMO

O objetivo deste estudo é apresentar uma análise comparativa dos modelos de desenvolvimento do judô entre Japão e Brasil, usando dados coletados durante um intercâmbio promovido pelo governo japonês. Esse texto aborda dois pontos: a) Como se dá o processo de inserção e prática do judô nas escolas japonesas? b) Em que medida seria possível o desenvolvimento do judô em escolas brasileiras tendo como referência o modelo japonês? Os dados perpassam por questões legislativas, culturais e estruturais. Considera-se que o judô brasileiro possui um modelo clubista, não havendo a devida conexão entre processos educativos formais (exemplo: escola) e esporte. Evidencia-se, também a gritante diferença estrutural e cultural entre Brasil e Japão no desenvolvimento do judô no ambiente escolar. Diante destas constatações, é inviável uma proposta de replicação do modelo de desenvolvimento do judô japonês nas escolas brasileiras, mas é possível formular um modelo próprio para esse fim.

**Palavras-chave:** Judô. Escola. Brasil. Japão. Preparação Desportiva de Longo Prazo.

### ABSTRACT

The present study aims to present a comparative analysis of the judo development models between Japan and Brazil, using data collected during an exchange program promoted by the Japanese government. This text will focus on two points: a) How does the process of insertion and practice of judo occur in Japanese schools? b) To what extent would it be possible to develop judo in Brazilian schools using the Japanese model as a reference? The data cover legislative, cultural and structural issues. It is considered that Brazilian judo has a club-based model, with no proper connection between formal educational processes (e.g., school) and sports. In addition, the glaring structural and cultural differences between Brazil and Japan in the development of judo in the school environment are evident. Given these findings, a proposal to replicate the Japanese judo development model in Brazilian schools is unfeasible, but it is possible to formulate a specific model for this purpose.

**Keywords:** Judo. School. Brazil. Japan. Long Term Athlete Development.

### RESUMEN

El presente estudio tiene como objetivo presentar un análisis comparativo de los modelos de desarrollo del judo entre Japón y Brasil, utilizando datos recopilados durante un programa de intercambio promovido por el gobierno japonés. Este texto se centrará en dos puntos: a) ¿Cómo ocurre el proceso de inserción y práctica del judo en las escuelas japonesas? b) ¿En qué medida sería posible desarrollar el judo en las escuelas brasileñas utilizando el modelo japonés como referencia? Los datos cubren cuestiones legislativas, culturales y estructurales. Se considera que el judo brasileño tiene un modelo basado en clubes, sin una conexión adecuada entre los procesos educativos formales (por ejemplo, la escuela) y el deporte. Además, son evidentes las evidentes diferencias estructurales y culturales entre Brasil y Japón en el desarrollo del judo en el entorno escolar. Dados estos hallazgos, una propuesta para replicar el modelo de desarrollo del judo japonés en las escuelas brasileñas es inviable, pero es posible formular un modelo específico para este propósito.

**Palabras clave:** Judo. Escuela. Brasil. Japón. Entrenamiento de Deportistas a Largo Plazo.

<sup>1</sup> Professor da PMP, membro do grupo de estudos em Fisiologia Aplicada ao Treinamento Esportivo - UNESP. E-mail: [professorjuniortavares@hotmail.com](mailto:professorjuniortavares@hotmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8658-4881>.

<sup>2</sup> Professor da UFSM. E-mail: [fonsecapi@yahoo.com.br](mailto:fonsecap@yaho.com.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3157-5048>.

<sup>3</sup> Professor da UNICAMP. E-mail: [gustavo\\_rufino\\_6@hotmail.com](mailto:gustavo_rufino_6@hotmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2567-9104>.

<sup>4</sup> Professor da PMP. E-mail: [dennisgivargocampos@hotmail.com](mailto:dennisgivargocampos@hotmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-3601-9625>.

<sup>5</sup> Professor da UESC. E-mail: [hsilva@uesc.br](mailto:hsilva@uesc.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3461-5412>.

## INTRODUÇÃO

O judô originou-se no Japão, fruto dos estudos de Jigoro Kano, que sistematizou diversas técnicas do antigo Ju Jutsu japonês, criando a Kodokan, primeira escola dessa modalidade, em 1882 (Virgílio, 1986). Atualmente, é um esporte de combate, praticado em todo o mundo, mas que continua tendo o Japão como um dos principais expoentes e potência da modalidade, líder absoluto no *ranking* de conquistas mundiais, com 104 medalhas olímpicas, sendo 51 de ouro. Para viés de comparação, a França, segunda colocada no ranking de medalhas, possui 67, 18 de ouro (IJF, 2024).

Parte da hegemonia do judô japonês pode ser explicada pela estrutura e a possibilidade dos atletas se desenvolverem em condições favoráveis para alcançarem a elite esportiva, fatores esses conhecidos como necessários ao sucesso esportivo nessa modalidade (Mazzei *et al.*, 2020). Portanto, a organização e a metodologia de treinamento do judô japonês, desde as suas categorias de base, são interesses de estudo. Nesse sentido, por ser nas escolas o principal *locus* de desenvolvimento do judô japonês (Tavares Junior, 2021), diversos países se interessam por entender e reproduzir o modelo japonês, inclusive o Brasil (EJB, 2017).

Especificamente no Brasil, o judô acaba recebendo atenção por dois motivos principais: 1) sucesso esportivo do judô nacional, sendo a modalidade com mais conquistas olímpicas para o Brasil (COB, 2024); 2) *Status* formativo e educacional atribuído ao judô ao longo da história da modalidade no país, devido às suas tradições e etiquetas (Trusz; Balbinotti, 2024; Trusz; Dell'Aglio, 2010). Esses motivos fundamentam as propostas de implementação do judô nas escolas brasileiras e, anteriormente, justificaram a existência da disciplina de judô na maioria dos currículos dos cursos superiores em educação física do Brasil, até o início dos anos 2000, continuando sendo um conteúdo muito presente na disciplina de lutas, que passou a ser comum nos cursos de graduação em educação física após os anos 2000 (Gomes *et al.*, 2013; Violin *et al.*, 2019).

Neste contexto, as lutas, incluído o judô, são conteúdos presentes historicamente nos principais documentos que respaldam a educação física como componente curricular da Educação Básica (Brasil, 1997; 2017), sendo que o judô possui diversas propostas metodológicas de desenvolvimento para a educação física escolar disponíveis na literatura científica nacional (Alencar *et al.*, 2015; Maduro, 2015; Pasqualoto *et al.*, 2018; Rufino; Darido, 2013). Assim, considerando todo o potencial educacional do judô e o reconhecimento internacional do modelo de desenvolvimento do judô japonês como referência, o presente estudo tem por objetivo apresentar uma análise comparativa dos modelos de desenvolvimento do judô entre Japão e Brasil, tendo a inserção dessa prática como conteúdo nas aulas de educação física escolar brasileira.

Além da produção científica disponível sobre a temática, o presente estudo teve como fonte de informações as experiências pessoais de um dos autores durante o intercâmbio “*Discovery Camp: Tomorrow's Friends Programme Judo For School PE – 2019*”, promovido pelo governo japonês, que teve como objetivo apresentar a organização e metodologia do judô japonês para treinadores brasileiros. Esse texto foca em dois pontos: a) Como se dá o processo de inserção e prática do judô nas escolas japonesas? b) Em que medida seria possível o desenvolvimento do judô em escolas brasileiras tendo como referência o modelo japonês? Essa discussão perpassa por questões legislativas, culturais e estruturais que serão apresentadas a seguir.

Em que pese os estudos advindos das análises do modelo de desenvolvimento esportivo do judô japonês, não existem na literatura muitas compreensões concernentes às possibilidades de implementação em outros contextos. Dessa forma, é importante haver estudos comparativos no sentido de se analisar as possibilidades e proposições acerca da estruturação de modelos de desenvolvimento do ensino do judô no contexto brasileiro.

## METODOLOGIA

Este estudo possui um delineamento descritivo e reflexivo e originou-se de análise do material pessoal do autor - profissional de educação física, cientista, doutor em ciências da motricidade, treinador de judô e com 39 anos de prática - obtido durante o intercâmbio “*Discovery Camp: Tomorrow's Friends Programme Judo For School PE – 2019*”, promovido pelo governo japonês.

Um intercâmbio tem como finalidade aprimorar a formação profissional para alcançar as competências e habilidades necessárias para o avanço do conhecimento em diversas áreas, por meio da troca de informações, crenças, culturas, tecnologias, habilidades e conhecimentos (Dalmonin *et al.*, 2013). Especificamente, o intercâmbio promovido pelo programa *Sport For Tomorrow* (SFT, 2019) teve como objetivo apresentar a organização e metodologia do judô japonês para treinadores brasileiros. Aconteceu de 15 de setembro a 14 de outubro de 2019, na Universidade de Tsukuba e na Kodokan, nas cidades de Tsukuba e Tóquio, respectivamente. Dez treinadores de judô, entre eles o autor deste estudo, foram selecionados pela Confederação Brasileira de judô (CBJ) para participar desse intercâmbio.

Durante o período de intercâmbio, o autor observou e participou de aulas e treinamentos de judô em diversos ambientes: como aulas de educação física escolar, academias de judô, clubes esportivos escolares e universidades. Também foram observadas competições escolares e universitárias. Experiências práticas e palestras com professores da Universidade de Tsukuba e Kodokan complementaram as atividades.

Os dados foram obtidos por meio de gravações de vídeo e áudio dos treinos e atividades, de apostila impressa fornecida pela organização do intercâmbio – *Japan Sport Council* – e por anotações pessoais das palestras. Tais registros geraram relatórios diários, que subsidiaram um relatório técnico final entregue à CBJ, entidade representada pelos treinadores participantes do intercâmbio.

Outros dados foram coletados por meio de análise documental das legislações brasileiras e japonesas, bem como de notícias de grandes veículos de imprensa e órgãos oficiais: Confederação Brasileira de judô, Agência Pública Rede do Esporte, Ministério da Educação e Embaixada do Japão no Brasil. Esses dados foram organizados para subsidiar as reflexões propostas no presente trabalho. Após essa organização, três categorias de análise foram criadas: “Judô nas escolas japonesas”, “Judô nas escolas brasileiras” e “Principais diferenças entre Brasil e Japão”.

A análise de conteúdo, proposta por Bardin (1977), serviu como referencial metodológico para a análise dos dados. Essa proposta norteou nossas análises documentais de maneira a expandir a informação, possibilitando evidenciar aspectos subjacentes à própria mensagem. Adotou-se uma perspectiva de compilar as informações presentes nos diversos documentos disponíveis, identificando suas congruências e contradições, o que resultou em uma análise mais robusta e no compilado de diversas fontes de informação: notícias, legislações, literatura específica e relatórios. Segundo Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1998), esse tipo de escolha metodológica transforma os pesquisadores nos principais instrumentos de análise, conferindo-lhes a responsabilidade de estabelecer um contato significativo com o objeto de estudo, o que é o caso dos autores do presente estudo.

## ANÁLISES E DISCUSSÕES

### O JUDÔ NAS ESCOLAS JAPONESAS

Institucionalmente, o judô está inserido na educação física escolar japonesa, como um dos componentes do Budô<sup>6</sup>, no ensino secundário e médio, como a principal modalidade desenvolvida nesse contexto. As outras são principalmente kendô e sumô, com menor presença do karatê. O Quadro 1 descreve quais componentes fazem parte do currículo da educação física nas escolas do Japão nessas fases (Mitabi, 2019):

**Quadro 1:** Componentes curriculares da educação física escolar japonesa.

<b>Ensino Secundário</b> <b>1ª, 2ª e 3ª Séries (12 a 14 anos)</b>	<b>Ensino Médio</b> <b>4ª e 5ª séries (15 e 16 anos)</b>
Exercícios para Preparação Física	Exercícios para Preparação Física
Ginástica de aparelhos	Ginástica de aparelhos
Atletismo	Atletismo
Natação	Natação
Dança	Dança
Esportes com Bola	Esportes com Bola
Budô	Budô
Teoria da educação física	Teoria da educação física
<b>Objetivo principal:</b> Vivenciar o aprendizado em diversas áreas do exercício e esportes	<b>Objetivo principal:</b> Relacionar-se com diversas formas de exercícios e esportes e continuar sua prática.

**Fonte:** Adaptado de Mitabe (2019).

Nesse contexto os alunos terão entre 8 e 10 aulas por ano do componente Budô, em que o judô é a modalidade mais desenvolvida. Portanto, o judô tem como objetivo, na educação física escolar japonesa, a transmissão dos valores intrínsecos ao Budô, a vivência motora de um esporte de combate além de promover, como nos outros esportes, o acesso a diversas formas de movimento, exercícios, regras e habilidades motoras, como parte de uma educação integral e ampla.

Professores de educação física recebem treinamento e participam de *workshops*, promovidos pela *All Japan Judo Federation* e *Nippon Budokan* para capacitá-los no desenvolvimento dos conteúdos previstos no judô escolar. Além disso, uma apostila didática, com os conteúdos próprios da modalidade auxilia nessa atuação (Sameshima, 2019). Nas universidades, as disciplinas de judô são ofertadas para preparar o futuro professor de educação física a ministrar esse conteúdo, conforme descrito no Quadro 2:

**Quadro 2:** Conteúdo e objetivos do judô escolar.

<b>Componentes</b>	<b>Secundário</b> <b>(1ª e 2ª séries)</b>	<b>Secundário</b> <b>(3ª série)</b>	<b>Ensino Médio</b> <b>(4ª e 5ª séries)</b>
Conteúdo	Etiquetas, formas, saudações, <i>ukemis</i> <sup>7</sup> , imobilizações e técnicas básicas.	<i>Ukemis</i> , imobilizações e técnicas básicas, golpes combinados, quebrar a defesa do adversário	Aperfeiçoamento daquilo que foi aprendido. Condição de aplicar golpes rápidos e contra-ataques.
Objetivos	Empenhar-se ativamente, respeitando seus colegas, posturas, saudações e etiquetas. Conseguir assimilar as técnicas de amortecimento para sua segurança.	Empenhar-se ativamente, respeitando seus colegas, posturas, saudações e etiquetas. Cuidar da sua segurança e dos colegas de maneira a proporcionar uma	Aceitar vitória e derrota com a mesma naturalidade, ter condições de continuar a prática da modalidade, empenhar-se por vontade própria para progredir, cumprir

<sup>6</sup> Conjunto de lutas tradicionais japonesas praticadas como um propósito de vida – significa “caminho marcial”.

<sup>7</sup> Técnicas de amortecimento de quedas.

		prática saudável.	e disseminar todas as regras para prevenção de acidentes.
--	--	-------------------	---

Fonte: Adaptado de Sameshima (2019).

Entretanto, não é só a prática durante as aulas de educação física que ocorre nas escolas. São nesses ambientes que se desenvolvem os “Clubes de judô”: locais de aperfeiçoamento e treinamento de crianças e adolescentes que queiram praticar o esporte regularmente. Portanto, a educação física pode ser uma ferramenta de iniciação e apresentação do esporte para que o aluno interessado possa aperfeiçoar-se nos Clubes de judô, após o horário escolar e aos finais de semana. Diferentemente da educação física escolar, os Clubes ficam a cargo dos chamados especialistas (judocas com longo tempo de prática, muitas vezes ex-atletas). Contudo, a formação em educação física é um diferencial para a contratação nesses ambientes (Mitabi, 2019), numa situação parecida, no que tange à profissionalização, com o cenário do judô brasileiro (Cavazani *et al.*, 2013; Tavares Junior; Drigo, 2018). É importante destacarmos que existem diversos clubes esportivos dos mais variados esportes, regularmente, mais de um por escola. São as estruturas físicas, tradições, preferências e mão de obra especializada de cada região que vão determinar qual(is) modalidade(s) esportiva(s) estarão presentes em cada escola (Mitabi, 2019).

Os judocas participantes desses Clubes de judô têm oportunidades de se envolverem em competições estudantis, em âmbito distrital e nacional. Essas competições, com regras específicas até os 16 anos, em conjunto com o sistema de treinamento japonês baseado no *Shuhari*<sup>8</sup>, propicia uma orientação para o desenvolvimento dos judocas japoneses em longo prazo (Tavares Junior, 2021), e não de maneira precoce, o que é muito comum no judô brasileiro (Massa *et al.*, 2010). O desempenho durante os anos de competições escolares possibilita experiências para migrar ao esporte universitário, caminho que o judoca japonês terá que trilhar se quiser atingir o alto rendimento esportivo (Matsui, 2019).

Nas universidades, os judocas chegam com inúmeros outros expoentes do judô colegial, todos com altas habilidades técnico/táticas. As seleções japonesas de base e principal são formadas majoritariamente por atletas que treinam nas Universidades (graduandos ou graduados). Mesmo após estarem formados, são nesses locais que esses judocas mantêm sua principal base de treinamento (Ikumi, 2019; Matsui, 2019).

Esse sistema político de organização educacional e esportiva potencializa algumas questões importantes no processo de desenvolvimento, direcionamento e rendimento esportivo: a) ampla apresentação do judô como modalidade esportiva; b) possibilidade de aperfeiçoamento e prática dos interessados pelas modalidades nos clubes esportivos; c) a canalização do talento para o alto rendimento, via universidades; d) formação profissional do atleta e seu pós-carreira, pois todos terão formação universitária e capacidade de inserir-se no mercado de trabalho, seja diretamente pelo esporte praticado ou através da carreira escolhida em sua graduação.

Portanto, é possível identificar nesse sistema alguns pilares para o desenvolvimento e sucesso esportivo: participação esportiva em todos os níveis, recursos financeiros, apoio durante a carreira de atleta e pós-carreira, instalações de treinamento e desenvolvimento de treinadores (Bosscher *et al.*, 2009; Mazzei *et al.*, 2020). Esse sistema político/educacional/esportivo contribui com o entendimento acerca do grande sucesso esportivo do judô japonês, pois permite a apresentação do judô em larga escala para a iniciação, via educação física escolar, tempo para o desenvolvimento físico, técnico e tático

<sup>8</sup> Método do Budô que contempla um desenvolvimento de habilidades por etapas, com viés de dedicação em longo prazo.

de excelência, via Clubes Esportivos, canalização e competitividade dos talentos nas universidades (articulando a prática esportiva com a produção de conhecimento em nível superior) e um projeto de carreira, questões centrais no processo de preparação desportiva de longo prazo.

Essa organização do judô japonês, assim como para outros esportes, visa atender uma demanda esportiva que se inicia como prática educacional, mas que possibilita o fomento esportivo. Em suma, o judô é um dos esportes mais tradicionais e praticados no Japão, contudo não é o único. A política esportiva japonesa está intimamente atrelada a escola e a educação física escolar. Inclusive, a estrutura governamental deixa muito clara essa ligação, já que o Ministério responsável pelas duas áreas se denomina: “Ministério da Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia” (EJB, 2014), o que difere bastante do sistema clubista de desenvolvimento esportivo no Brasil. Destaca-se que de acordo com o observado durante o intercâmbio, tanto na educação física escolar como nos Clubes de judô existe uma estrutura física adequada para a prática da modalidade: com *Dojôs*<sup>9</sup> apropriados em salas específicas e com todos os praticantes vestindo *Judogis*<sup>10</sup>, o que está longe de ser uma realidade da grande maioria das escolas brasileiras.

Contudo, mesmo com essa organização e sistema bem delineado, reconhecimento como modalidade geradora de bons valores educacionais e sucesso competitivo, especificamente o judô, ainda encontra alguns problemas. Existem relatos recentes de *bullying*, treinamentos excessivos, castigos corporais e pressão para dietas restritivas no judô japonês (McKirdy, 2022) e documentos que comprovam uma grande quantidade de lesões graves e mortes registradas em crianças e adolescentes durante a prática de judô em clubes escolares (Kamitani *et al.*, 2013). Para combater esses maus comportamentos e acidentes, a Kodokan, algumas Universidades e a *All Japan Judo Federation* criaram uma comissão com o intuito de preconizar e disseminar o ensino do judô com segurança no Japão e no Mundo (CBJ, 2020a; Okada, 2019), buscando um resgate de valores idealizados por Jigoro Kano e ao mesmo tempo melhorar a imagem do judô para a sociedade japonesa.

## O JUDÔ NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

É possível localizar, na mídia, reportagens que tratam de aproximações entre Confederação Brasileira de Judô (CBJ) e Ministério da Educação (MEC) desde 2007, com intenção de introduzir o judô nas escolas públicas brasileiras (Extra, 2007). Contudo, a principal aproximação deu-se oficialmente em 2016 quando foi firmada uma parceria entre o governo japonês, por meio do *Japan Sport Council* e da Embaixada Japonesa no Brasil, e o governo brasileiro, por meio do Ministério dos Esportes, CBJ e Instituto Kodokan do Brasil. Desde então, essa parceria visa oferecer capacitação à treinadores brasileiros de judô com intenção de implementar o judô em escolas públicas brasileiras (EJB, 2017). Esse objetivo pode ser comprovado nas palavras do então secretário nacional de Alto Rendimento do Ministério do Esporte, Luiz Lima, veiculadas em reportagem da Agência Pública de Notícias sobre o esporte olímpico e paralímpico de alto rendimento (Felizola, 2017, n.p.):

Serão escolhidas escolas para receber as aulas de judô para as crianças do ensino fundamental, com toda a filosofia do judô japonês, que visa à disciplina, o respeito e à qualidade de vida. As escolas serão subsidiadas

<sup>9</sup> Local de treinamento/aprendizagem do Judô.

<sup>10</sup> Quimonos – vestimenta própria para a prática do Judô.

pelo Ministério do Esporte, por meio de convênio com a CBJ, para a compra de dojôs e o pagamento do salário dos professores.

No documento, que formaliza a parceria junto a embaixada Japonesa no Brasil, destaca-se que a preparação de treinadores será direcionada para que o judô seja uma ferramenta que contribua para o desenvolvimento da educação brasileira, enfatizando as contribuições do esporte para a formação humana (Felizola, 2017).

Desde então, 03 grupos de treinadores brasileiros, foram selecionados pela CBJ e enviados ao Japão (entre 2017 e 2019), por meio do programa de intercâmbio denominado *Sport For Tomorrow* para conhecer e vivenciar a metodologia japonesa e serem os treinadores responsáveis pela implementação do judô nas escolas brasileiras (CBJ, 2019). Também, como ação da parceria foram promovidos *workshops* para treinadores de judô em diversas regiões do Brasil, tendo como palestrante Hirotaka Okada, campeão mundial, medalhista olímpico, professor associado e técnico da equipe principal e do clube infantil da Faculdade de educação física da Universidade de Tsukuba (CBJ, 2020b; 2020c).

Em 2020, um novo memorando foi assinado entre os governos brasileiro e japonês com a intenção de promover a inclusão do judô nas escolas públicas brasileiras. Nele, consta a intenção de estimular o intercâmbio com o Japão, de professores brasileiros de judô, ressaltando, mais uma vez, o objetivo de incluir a modalidade na grade curricular das escolas públicas nacionais (CBJ, 2020c).

Também existem algumas iniciativas que possibilitam a prática do judô no contraturno escolar. Nesses moldes, algumas cidades conseguiram implantar o judô com sucesso em suas redes de ensino, sendo destaques a cidade de Lauro de Freitas-BA, Araras-SP e Atibaia-SP (Monteiro, 2022; Lauro de Freitas, 2018; Atibaia Hoje, 2019). Destaca-se aqui que as iniciativas são localizadas e não fazem parte de uma política nacional de desenvolvimento esportivo. Nacionalmente, nesses moldes, podemos destacar o Programa Mais Educação (PME), que vigorou entre 2007 e 2016 nas escolas brasileiras, com a intenção de atender um dos objetivos do Plano de Desenvolvimento em Educação, para uma agenda de implementação da educação integral no País (Brasil, 2007). Segundo dados do MEC, durante a vigência do PME as artes marciais (Judô, Karatê, Taekwondo e Capoeira) atendiam em torno de 800 mil alunos, em 4000 escolas do país que praticavam essas modalidades no contraturno escolar, sendo o judô a mais praticada entre elas: 280,9 mil alunos em 1.355 escolas (MEC, 2011). Contudo, o encerramento desse tipo de programa nos mostra que essa não era uma política de Estado e sim de governo.

Portanto, na prática, resta ao judô um reduzido espaço dentro da educação física escolar como um dos conteúdos que podem fazer parte da unidade temática de lutas, segundo a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017). A unidade temática das lutas deve ser tematizada na educação física escolar a partir do terceiro ano do ensino fundamental ao ensino médio (Brasil, 2017). Assim, hipoteticamente, o judô poderia ser uma das modalidades desenvolvidas. Contudo, são raras as escolas no Brasil que possuem estrutura física, com local adequado e seguro para a prática de judô. Também é preciso destacar o custo elevado do uniforme específico - *Judogi*. Portanto, durante as aulas de educação física, mesmo que as lutas sejam desenvolvidas, o espaço físico, material disponível e conhecimento do professor vão ditar as preferências, não sendo possível estabelecer quais modalidades de lutas serão desenvolvidas (Alencar *et al.*, 2015).

A BNCC (Brasil, 2017) prevê o oferecimento das lutas como prática corporal na educação física escolar de acordo com o Quadro 3.

**Quadro 3:** Unidade Temática das Lutas para a educação física escolar, segundo a BNCC.

Anos	Objetos de Conhecimento
3º a 5º anos (8 a 10 anos)	Lutas do contexto comunitário e regional; Lutas de matriz indígena e africana
6º e 7º anos (11 e 12 anos)	Lutas do Brasil
8º e 9º anos (13 e 14 anos)	Lutas do Mundo
Ensino Médio* (15 a 17 anos)	Lutas como ferramentas de desenvolvimento do autoconhecimento, do autocuidado com o corpo e a saúde, da socialização e do entretenimento.
*Não existe um objeto de conhecimento específico sobre qual(is) luta(s) devem ser trabalhadas, ficando a cargo das redes de ensino, currículos estaduais e editoras de material didático o desenvolvimento de propostas, sugestões e currículos especificando possíveis modalidades ou abordagens. Existe ainda a possibilidade de ser trabalhado com Esporte de Combate, como uma subunidade de Esportes.	

**Fonte:** Adaptado da BNCC (Brasil, 2017).

A BNCC apresenta um caráter abrangente e generalista da unidade temática das lutas. Segundo sua proposta o judô poderia ser parte do conteúdo ministrado a partir do ensino fundamental II. Para os autores desse estudo, a partir do 6º ano, pois a tradição competitiva, quantidade de praticantes e disseminação do esporte fazem com que ele seja um esporte praticado e popular no Brasil, principalmente em período de Jogos Olímpicos. Se formos pensar apenas em sua origem, o judô seria parte dos conteúdos a partir do 8º ano. De toda forma, se fosse uma das modalidades de luta escolhida pelo professor para fazer parte desse abrangente conteúdo, ele estaria presente como componente da educação física escolar em 2 ou 4 bimestres entre o 6º ao 9º ano do ensino fundamental. Como a quantidade de lutas praticadas e populares no Brasil são muitas e no Mundo mais ainda, suponhamos que o professor selecione 4 modalidades de luta (judô incluso) para cada um dos bimestres, dividindo-as em partes iguais. Seriam 4 aulas por ano específicas para o judô (de 8 a 16 aulas em todo o ensino fundamental).

Contudo, para que o judô seja praticado e conhecido em sua plenitude e para que as normas de segurança sejam respeitadas (segundo as próprias recomendações japonesas de ensino) o primeiro componente técnico a ser aprendido são os *ukemis*, que preparam os judocas para caírem. Sem tatames ou pelo menos outros materiais que possam ser improvisados (como colchões de ginástica) esse componente técnico não pode ser ensinado. Se cair com segurança não pode ser um conteúdo ministrado, derrubar com segurança passa a estar fora de questão, o que inviabiliza ou restringe a prática do judô como componente da educação física escolar. Outros elementos técnicos básicos como o *kumi kata*<sup>11</sup> e o *kusushi*<sup>12</sup> são dependentes do judogi, que possui um alto custo e não é um material que seria prioridade para a educação física escolar, visto o tempo em que seria utilizado. Portanto, não parece factível que o judô seja uma das modalidades de luta bem desenvolvida no contexto da educação física escolar, seja pelo tempo disponível, seja pela estrutura física e custos dos materiais envolvidos, ponto bem divergente do que ocorre no Japão.

## PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE BRASIL E JAPÃO

Os projetos de destaque citados anteriormente e diversos outros que ocorrem pelo Brasil, nos mesmos moldes, se intitulam muitas vezes como “educacionais” (Monteiro, 2022;

<sup>11</sup> Técnicas de pegada ou empunhadura.

<sup>12</sup> Técnicas de desequilíbrio.

Lauro de Freitas, 2018; Atibaia Hoje, 2019). Mas, algumas dúvidas são pertinentes. Se são projetos educacionais, eles estão integrados ao Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas nos quais estão implantados? Eles buscam desenvolver habilidades e competências previstas na BNCC para área de linguagens, em especial para a área de educação física/lutas? Eles possuem algum tipo de integração com a educação física escolar ou com os professores da escola que ministram a educação física escolar? Se as respostas para essas perguntas forem negativas e, pelo nosso conhecimento e experiência tudo leva a crer que de fato são, nenhum desses projetos é realmente um projeto educacional dentro do currículo escolar, pois não está sujeito às mesmas diretrizes educacionais dos outros componentes escolares. Mesmo a iniciativa em implementar o judô nas escolas de ensino fundamental em convênio com a EJB a CBJ seria financiada pelo Ministério dos Esportes (Felizola, 2017).

Nesse sentido, esses projetos de contraturno e esses idealizados por EJB e CBJ são sim projetos esportivos, parecidos com os “Clubes Esportivos Escolares” japoneses. Entretanto, os programas que ocorrem hoje são iniciativas localizadas e mesmo se o programa pretendido por EJB e CBJ fosse implantado com abrangência nacional, ainda seria uma política isolada. Diferentemente do Japão, em que o sistema possui planejamento desde a introdução da modalidade até o pós-carreira (em clara integração educação-esporte), qual será o direcionamento dos destaques desses projetos? Quando possível, serão direcionados para algum grande clube (que são poucos no Brasil), o que ocorrerá em transições individuais e que dependem de contatos, observadores e demandas particulares de cada instituição. Após estarem em grandes clubes, será necessário, mais uma vez, iniciativas individuais que deem conta de formação profissional e conseqüentemente do pós-carreira desses atletas. E aqueles que não forem para os grandes clubes? Conseguirão se manter no judô em uma modalidade de esporte participação, sendo mais ativos? Percebam, essa transição não é institucionalizada como a passagem da escola à universidade no Japão, que permite a prática não competitiva, a formação profissional e a possibilidade do alto rendimento (Tavares Junior, 2021).

Mesmo com os treinamentos para professores de judô que pretendam atuar na escola (CBJ, 2022b) e que um manual para ensino com segurança for seguido (CBJ, 2022a), essa fiscalização com relação ao programa de judô nas escolas ficaria a cargo de quem? Tradicionalmente o MEC é o responsável pelas atividades escolares, contudo esse projeto entre EJB e CBJ seria financiado pelo Ministério dos Esportes. Assim, seria responsabilidade desse ministério ou da CBJ fiscalizar se as diretrizes estão sendo seguidas? Lembramos que o Conselho Federal de Educação Física (CONFEF), por meios de seus Conselhos Regionais (CREF) não possuem poder de fiscalizar os instrutores de lutas, portanto, essa não seria uma opção (CREF4/SP, 2024). Ressaltamos ainda, que mesmo com um sistema bem definido, com treinamento de seus professores e um programa encabeçado por *Kodokan*, Universidades e *All Japan Judo Federation*, para o ensino do judô com segurança, ocorreram muitos acidentes graves, mortes (Kamitani *et al.*, 2013) e más condutas dos treinadores em atuação nos clubes escolares japoneses (McKirby, 2022). No Brasil, sem um sistema integrado, sem critérios de qualificação definidos para que o treinador possa atuar na escola, sem órgãos fiscalizadores, sem estrutura básica (tatames e *judogi*), com um programa de treinamento esporádico e que depende da visita de um treinador japonês para ocorrer (CBJ, 2020b; Okada, 2019), seria possível prevenir más condutas e acidentes graves?

Em resumo, o Japão possui estrutura física para a prática de judô nas escolas, as instituições contam com espaços próprios para a prática de judô e *judogi* para todos os praticantes. O sistema para a implantação do judô nas escolas é muito bem definido. Ele é a modalidade mais praticada do componente *Budô*, na educação física escolar, sendo apresentada para os estudantes e como as outras atividades praticadas na educação física escolar japonesa, está sujeita aos objetivos do processo educacional. As escolas contam com clubes esportivos para crianças e jovens que queiram se aperfeiçoar em diversas modalidades

esportivas, inclusive o judô. Nesses clubes esportivos, dotados de excelente estrutura física, os judocas praticam por participação (saúde, lazer ou qualidade de vida) ou com o objetivo de atingir o alto rendimento. A transição ocorre na passagem da escola para a universidade (mais uma integração entre esporte e educação, em um viés de longo prazo), único caminho possível para que o judoca aspire ao alto rendimento esportivo. Na universidade os judocas que não objetivam o alto rendimento esportivo também conseguirão manter suas práticas esportivas. A própria formação profissional possibilita um processo de pós-carreira para os atletas.

Esse cenário é muito diferente do que ocorre no Brasil. A grande maioria das escolas não possui estrutura física para a prática de judô (local adequado, tatames, *judogi*). O judô é uma das possibilidades do componente lutas na educação física escolar (além de poder ser tematizado como “esporte de combate”), mas não há garantia que ele será apresentado aos alunos. Os projetos são implantados como “educacionais”, mas possuem cunho esportivo, inclusive as iniciativas de CBJ e EJB seriam financiadas pelo Ministério dos Esportes (Felizola, 2017). Sendo projetos de iniciação esportiva, necessitam de capacitação de profissionais e um sistema integrado para a transição, tanto em nível de participação esportiva, como na canalização de destaques para o alto rendimento.

Não podemos encerrar essa discussão sem abarcar a questão cultural. Existem outros esportes mais populares e praticados no Brasil, como o futebol (Da Silva *et al.*, 2014). Além disso, pelo próprio currículo, previsto pela BNCC (Brasil, 2017), existem mais modalidades esportivas cuja apresentação e prática na educação física escolar são mais constantes, devido à estrutura física e materiais disponíveis. Nesse sentido, indagamos: o judô seria aceito como o único esporte institucionalizado e praticado nas escolas do Brasil? Não faz mais sentido que práticas mais populares também sejam praticadas? Devemos ressaltar que o judô é, culturalmente, um dos esportes mais praticados no Japão e que, nem por isso, ele é o único presente nas escolas japonesas. A mesma estrutura descrita aqui para o judô está presente em diversas modalidades esportivas no Japão, respeitando regionalidades e potencial de recursos físicos e humanos (Mitabi, 2019). Ou seja, no Japão o judô é só um dos esportes que engloba um amplo sistema que une educação e esporte. Contudo, pelo seu grande sucesso competitivo, acaba se destacando e sendo referência para outros países, inclusive para o Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por objetivo apresentar uma análise comparativa dos modelos de desenvolvimento do judô entre Japão e Brasil, abordando o judô enquanto conteúdo nas aulas de educação física escolar brasileira. Diante dos resultados apresentados, considera-se que o judô brasileiro possui um modelo clubista, não havendo a devida conexão entre processos educativos formais (exemplo: escola) e esporte, inclusive do ponto de vista institucional. Além disso, evidencia-se a gritante diferença estrutural e cultural entre Brasil e Japão no desenvolvimento do judô no ambiente escolar. Diante destas constatações, fica claro que é inviável uma proposta de replicação do modelo de desenvolvimento do judô japonês nas escolas brasileiras.

Os dados demonstraram claramente como o sistema educacional japonês utiliza a educação física escolar como porta de entrada do judô nas escolas. Apesar da constatação da inviabilidade de replicação desse modelo no Brasil, fica a reflexão sobre a importância da educação física escolar nesse processo. Neste contexto, a CBJ, em conjunto com os clubes e demais federações poderiam fomentar programas de capacitação de abordagem do judô na escola para professores de educação física escolar, criando um modelo próprio para o judô brasileiro. Obviamente, essa capacitação deverá considerar o contexto estrutural das escolas brasileiras. Assim, primariamente, o objetivo é garantir que os professores de educação física

abordem em específico o judô nas suas aulas. Nesta proposta, o judô não terá a frequência e especificidade esperada para a formação do jovem desportista, mas deverá gerar a curiosidade e motivação de crianças e adolescentes a iniciarem a prática do judô.

Esses alunos(as) interessados(as) na iniciação ao judô deverão ter acesso a essa possibilidade ainda no ambiente escolar. Para isso, a CBJ, novamente em conjunto com os clubes esportivos, demais federações e instituições governamentais, deve gerar parcerias que possibilitem a criação dessa estrutura em escolas dos municípios, para que a iniciação esportiva ao judô seja realizada em atividades escolar de contraturno, como o já realizado em projetos isolados em algumas cidades brasileiras.

Programas nos moldes do Mais Educação podem representar uma possibilidade para implementação de espaços de iniciação esportiva ao judô nas escolas brasileiras. Como já evidenciado no presente estudo, por meio do Mais Educação, o judô teve aproximadamente 280 mil alunos em 1.355 escolas (MEC, 2011). De toda forma, para que essas turmas de iniciação ao judô se consolidem, será necessário um plano nacional de incentivo do judô nas escolas, encabeçado pela Confederação Brasileira de Judô.

Consequentemente, as crianças e os adolescentes que se destacarem nesses projetos de iniciação esportiva no ambiente escolar ou gostarem de praticar o judô, serão direcionados para os projetos de treinamento de judô das prefeituras, assim como para clubes e academias de judô do município, com vistas a darem continuidade ao processo de especialização esportiva visando a prática como saúde e lazer ou a busca para a transição ao alto rendimento.

Neste contexto, após a conclusão da educação básica, os clubes esportivos perdem grande número de potenciais atletas de alto rendimento em função da necessidade de estes desenvolverem uma carreira profissional, seja pela introdução ao mercado de trabalho, seja pelo ingresso no ensino superior. Assim, seria extremamente importante que a CBJ e os próprios clubes estreitassem suas relações com as instituições de ensino superior, públicas e privadas. O fortalecimento das competições universitárias e a formação de centros de treinamento de judô em instituições de ensino superior podem possibilitar a continuidade do treinamento dos atletas de judô de forma concomitante com a formação profissional em nível superior e a busca pelo alto rendimento no judô.

Por meio dessas considerações, espera-se contribuir com possibilidades para a massificação do judô no processo educacional brasileiro, através de um modelo próprio e que considere a estrutura, limitações e cultura brasileira. Essa proposta possibilita um processo gradual de transição para as fases de especialização e para o alto rendimento, pensando em toda a cadeia de desenvolvimento de longo prazo, facilitando o acesso e massificando a iniciação ao judô, popularizando o judô como esporte participação e otimizando a canalização de talentos para o alto rendimento.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Y. O.; SILVA, L. H.; LAVOURA, T. N.; DRIGO, A. J. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 23, n. 3, p. 53-63, 2015.

ALVES-MAZZOTTI, A.J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais**. São Paulo: Pioneira, 1998.

ATIBAIA HOJE. Alunos dos projetos de judô de atibaia recebem novos quimonos. **Atibaia Hoje**, 08 set. 2019. Disponível em: <https://www.atibaiahoje.com.br/cidade/atibaia/alunos-dos-projetos-de-judo-de-atibaia-recebem-novos-quimonos>. Acesso em: 19 nov. 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

Antonio C. Tavares Junior; Thiago Farias da F. Pimenta; Luiz Gustavo B. Rufino; Dennis G. Campos; Luiz H. da Silva

BOSSCHER, V. DE; DE KNOP, P.; VAN BOTTENBURG, M.; SHIBLI, S.; BINGHAM, J. Explaining international sporting success: an international comparison of elite sport systems and policies in six countries. **Sport Management Review**, v. 12, n. 1, p. 113-136, 2009.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa Interministerial n. 17, de 24 de abril de 2007**: institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais\\_educacao.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais_educacao.pdf). Acesso em: 4 dez. 2024.

CAVAZANI, R. N.; CESANA, J.; SILVA, L. H.; CRESSONI, F. E. G.; TAVARES JUNIOR, A. C.; ARANHA, A.; DRIGO, A. J. O técnico de judô: um estudo comparativo após 10 anos da regulamentação da educação física. **Revista Brasileira de Ciencia e Movimento**, v. 21, n. 3, p. 105-117, 2013.

CBJ. Confederação Brasileira de Judô. Em parceria com a AJJF e com o Sport for Tomorrow, CBJ lança o Manual O Ensino do judô com Segurança. **Confederação Brasileira de Judô**, 2020a. Disponível em: <https://cbj.com.br/noticias/7452/em-parceria-com-a-ajjf-e-com-o-sport-for-tomorrow-cbj-lanca-o-manual-o-ensino-do-judo-com-seguranca.html>. Acesso em: 20 out. 2022.

CBJ. Confederação Brasileira de Judô. Bicampeão mundial e medalhista olímpico japonês, Hirotaka Okada realizará workshop para professores de judô no Brasil. **Confederação Brasileira de Judô**, 2020b. Disponível em: <https://cbj.com.br/noticias/7195/bicampeao-mundial-e-medalhista-olimpico-japones-hirotaka-okada-realizara-workshop-para-professores-de-judo-no-brasil.html>. Acesso em: 20 out. 2022.

CBJ. Confederação Brasileira de Judô. Brasil e Japão assinam acordo para promover inclusão do judô nas escolas públicas brasileiras. **Confederação Brasileira de Judô**, 2020c. Disponível em: <https://cbj.com.br/noticias/7233/brasil-e-japao-assinam-acordo-para-promover-inclusao-do-judo-nas-escolas-publicas-brasileiras.html>. Acesso em: 20 out. 2022.

CBJ. Confederação Brasileira de Judô. Professores de judô selecionados para intercâmbio no Japão, do programa Sport For Tomorrow, iniciam atividades em Tsukuba. **Confederação Brasileira de Judô**, 2019. Disponível em: <https://cbj.com.br/noticias/7060/professores-de-judo-selecionados-para-intercambio-no-japao-do-programa-sport-for-tomorrow-iniciam-atividades-em-tsukuba.html>. Acesso em: 20 out. 2022.

COB. Comitê Olímpico Brasileiro. Medalhas Olímpicas. **Comitê Olímpico Brasileiro**, 2024. Disponível em: <https://www.cob.org.br/pt/cob/time-brasil/brasil-nos-jogos/medalhas-olimpicas>. Acesso em: 4 dez. 2024.

CREFA4/SP. Conselho Regional de Educação Física do Estado de São Paulo. **CREFA4/SP**, Fiscalização, 2024. Disponível em: <https://www.crefsp.gov.br/atendimento/perguntas-frequentes/fiscalizacao>. Acesso em: 4 dez. 2024.

DA SILVA, R. N. B.; TALAMONI, G. A.; TAVARES JUNIOR, A. C.; CRESSONI, F. E. G.; TEBALDI, M.; PAJANIAN, F.; OLIVEIRA, A. L.; DRIGO, A. J. Futebol e a construção da imagem de treinadores pela mídia: um estudo a partir das notícias de um site de grande visitação na web. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 36, n. 3, p. 648-655, 2014.

DALMONIN, I. S.; PEREIRA, E. R.; ANDRADE SILVA, R. M. C.; GOUVEIA, M. J. B.; SARDINHEIRO, J. J. Intercâmbio acadêmico cultural internacional: uma experiência de crescimento pessoal e científico. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 66, n. 3, p. 442-447, 2013.

EJB. Embaixada do Japão no Brasil. **Bolsas de Estudo MEXT (Monbukagakusho)**. EJB, 2014. Disponível em: [https://www.br.emb-japan.go.jp/itpr\\_pt/bolsas\\_programas.html](https://www.br.emb-japan.go.jp/itpr_pt/bolsas_programas.html). Acesso em: 20 out. 2022.

EJB. Embaixada do Japão no Brasil. **Brasil e Japão assinam Memorando de Cooperação na Área do Desporto**. EJB, 2017. Disponível em: [https://www.br.emb-japan.go.jp/itpr\\_pt/00\\_000631.html](https://www.br.emb-japan.go.jp/itpr_pt/00_000631.html). Acesso em: 25 out. 2022.

EXTRA. Confederação Brasileira de judô quer parceria com o MEC. **Extra**, 14/ fev. 2007. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/confederacao-brasileira-de-judo-quer-parceria-com-mec-742811.html>. Acesso em: 20 out. 2022.

FELIZOLA, A. C. Com capacitação no Japão, professores brasileiros implantarão o judô em escolas públicas. **Rede do Esporte**, 26 jun. 2017. Disponível em: <http://rededoesporte.gov.br/pt-br/noticias/com-capacitacao-no-japao-professores-brasileiros-implantarao-o-judo-em-escolas-publicas>. Acesso em: 20 out. 2020.

GOMES, N. C.; BARROS, A. M.; FREITAS, F.P.R.; DARIDO, S. C.; RUFINO, L. G. B. O conteúdo das lutas nas séries iniciais do ensino fundamental: possibilidades para a prática pedagógica da educação física escolar. **Motrivivência**, v. 25, n. 41, p. 305-320, 2013.

IJF. International Judo Federation. Results. **IJF**, 2024. Disponível em: <https://www.ijf.org/results>. Acesso em: 4 dez. 2024.

IKUMI, A. **Ensino do judô baseado no processo de desenvolvimento ósseo e muscular**. Tsukuba University - Japan: Palestra/Treinamento - Sport for Tomorrow, 2019.

KAMITANI, T.; NIMURA, Y.; NAGAIHIRO, S.; MIYAZAKI, S.; TOMATSU, T. Catastrophic head and neck injuries in judo players in Japan from 2003 to 2010. **American Journal of Sports Medicine**, v. 41, n. 8, p. 1915-1921, 2013.

LAURO DE FREITAS. Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas. Projeto insere o esporte na rotina de alunos da rede municipal em Lauro de Freitas. **Prefeitura de Lauro de Freitas**, 2018. Disponível em: <https://www.laurodefreitas.ba.gov.br/2019/noticias/projeto-insere-o-esporte-na-rotina-de-alunos-da-rede-municipal-em-lauro-de-freitas/575>. Acesso em: 20 out. 2022.

MADURO, L. A. Considerações e sugestões para o ensino das lutas no ambiente escolar. **Cadernos de Formação RBCE**, v. 6, n. 2, p. 101-112, 2015.

MASSA, M.; RUDNEY, U.; BOHME, M. T. S.; SILVA, L. R. R.; KNIJIK, J. D. Desempenho esportivo no judô olímpico brasileiro: o talento é precoce. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 18, n. 1, p. 5-10, 2010.

MATSUI, T. **A ciência dos esportes aplicada ao judô**. Tsukuba University - Japan: Palestra/Treinamento - Sport for Tomorrow, 2019.

MAZZEI, L. C.; BOSSCHER, V. D.; JULIO, U. F.; CURY, L. R.; BOHME, M. T. S. High-performance judo: identification of the organisational factors influencing international sporting success. **Managing Sport and Leisure**, v. 0, n. 0, p. 1-18, 2020.

MCKIRDY, A. Japan judo hits crisis point as bullied, burnt-out children quit. **Thejapantimes**, 2022. Disponível em: <https://www.japantimes.co.jp/sports/2022/06/21/olympics/summer-olympics/olympic-judo/judo-children-bullying-burnout/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

MEC. Ministério da Educação. Artes marciais ocupam 800 mil estudantes em 4 mil escolas. **Ministério da Educação**, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/esporte>. Acesso em: 20 out. 2022.

MITABI, I. **O Budô na educação física escolar japonesa**. Tsukuba University - Japan: Palestra/Treinamento - Sport for Tomorrow, 2019.

MONTEIRO, E. Firmada parceria de Projetos Esportivos de judô e Jiu Jitsu entre Ass. Mercadante e Prefeitura de Araras. **Boletimosotogari.com**, 29 abr. 2022. Disponível em: <https://www.boletimosotogari.com/2022/04/firmada-parceria-de-projeto-esportivo.html>. Acesso em: 20 out. 2022.

OKADA, H. **Instrução sobre segurança no judô**. Tsukuba University - Japan: Palestra/Treinamento - Sport for Tomorrow, 2019.

PASQUALOTO, B. B.; FREITAS, F. P. R.; METZNER, A. C.; DRIGO, A. J. **Trabalhando com lutas na escola**: perspectivas autobiográficas de Professores de educação física. São Paulo: CREF4/SP, 2018.

Antonio C. Tavares Junior; Thiago Farias da F. Pimenta; Luiz Gustavo B. Rufino; Dennis G. Campos; Luiz H. da Silva

RUFINO, L. G. B.; DARIDO, S. C. Possíveis diálogos entre a educação física escolar e o conteúdo das lutas na perspectiva da cultura corporal. **Conexões**, v. 11, n. 1, p. 144-170, 2013.

SAMESHIMA, K. **Artes Marciais obrigatórias no ensino médio japonês**. Kodokan Tokyo - Japan: Palestra/Treinamento - Sport for Tomorrow, 2019.

SFT. Sport For Tomorrow. Japan Sports Agency Commissioned Project: Support Programme for introducing judo into public education in Brazil (inbound). **Sport For Tomorrow**, 2019. Disponível em: <https://www.sport4tomorrow.jpnsport.go.jp/20200127-5-2/>. Acesso em: 23 nov. 2019.

TAVARES JUNIOR, A. C. O judô japonês: uma perspectiva relacionada ao sistema esportivo e aos procedimentos e metodologias na formação de base. *In*: TRUSZ, R. A. (ed.). **O judô nas escolas e Dojô japoneses**. Rio de Janeiro: Editora Telha, 2021. p. 57-76.

TAVARES JUNIOR, A. C.; DRIGO, A. J. Percepção sobre a importância da formação profissional por treinadores de judô de elite. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 16, n. 1, p. 1-8, 2018.

TRUSZ, R. A.; BALBINOTTI, C. A. A. Artes marciais e esportes de combate como ferramentas promotoras de comportamentos socialmente competentes de crianças : revisão integrativa. **Conexões**, v. 22, n. 1, p. 1-23, 2024.

TRUSZ, R. A.; DELL'AGLIO, D. D. A prática do judô e o desenvolvimento moral de crianças. **Revista Brasileira de Psicologia do Esporte**, v. 3, n. 2, p. 117-135, 2010.

VIOLIN, D. Y. T.; KRAVCHYCHYN, C.; SOUZA, V. F. M.; BARBOSA-RINALDI, I. P.; OLIVEIRA, A. A. B. Judô na educação física escolar: realidade e possibilidades. **Corpoconsciência**, v. 23, n. 3, p. 1-14, 2019.

VIRGÍLIO, S. **Conde Koma**: o invencível yondan da história. Campinas: Editora Átomo, 1986.

---

**Recebido em:** 10 dez. 2024.

**Aprovado em:** 16 jan. 2025.